



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UNICEUB)

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

Curso de Direito

DANIELA PASCOAL MOREIRA DA COSTA PIZZINI

**AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI
12.683/12: uma análise dos pontos divergentes e a neces-
sidade de alterações pontuais para maior eficácia do com-
bate ao crime de lavagem de dinheiro.**

Brasília – DF

Out./2014

DANIELA PASCOAL MOREIRA DA COSTA PIZZINI

**AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI
12.683/12: uma análise dos pontos divergentes e a neces-
sidade de alterações pontuais para maior eficácia do com-
bate ao crime de lavagem de dinheiro.**

Monografia apresentada ao Departamento de Direito, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Brasília – DF

Out./2014

Pizzini, Daniela Pascoal Moreira da Costa.

As principais alterações e os pontos divergentes trazidos pela lei 12.683/12: uma análise dos artigos 1º, participação de terceiros na autoria e artigos 17-B e 17-D / Daniela Pascoal Moreira da Costa Pizzini. - Brasília, 2014.

38 f.

Monografia (bacharelado) – Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – 2014.

Orientador: Prof. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

1. Lavagem de capitais. 2. Aspectos penais. 3. Cegueira deliberada. I. Título.

DANIELA PASCOAL MOREIRA DA COSTA PIZZINI

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília (UNI-CEUB), Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da aluna Daniela Pascoal Moreira da Costa Pizzini.

Prof. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur
Professor-Orientador

Titulação, Nome completo
Professor-Examinador

Titulação, Nome completo
Professor-Examinador

Brasília, ____ de _____ de 2014.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar as principais alterações ocorridas na Lei de Lavagem de Dinheiro em 2012. A importância do tema Lavagem de Dinheiro no contexto atual decorre da globalização desse tipo de delito e, especialmente, da recente repercussão gerada no âmbito jurídico e no seio da sociedade após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Penal nº 470. Faz-se neste trabalho um breve histórico acerca do tema. Examinam-se, também, os aspectos penais da Lei de Lavagem. Por fim, são analisados os aspectos processuais penais da Lei 12.683/12. Partiu-se a hipótese afirmativa ao problema analisado. Assim, propõe-se tornar claro ao leitor que o novo entendimento dado pelo legislador ao delito de Lavagem de Capitais é, em geral, positivo, mas precisa de alterações pontuais para que se torne mais eficiente o combate ao tipo de crime em questão sem que se gerem prejuízos concretos a atividades e profissionais envolvidos nas questões relacionadas à lavagem de dinheiro. As hipóteses alternativas ao problema mostraram-se válidas ao longo do trabalho.

Palavras-chave: lavagem de capitais, aspectos penais, teoria da cegueira deliberada, aspectos processuais penais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. A LAVAGEM DE CAPITAIS NO ÂMBITO GERAL	08
1.1. Conceito de lavagem de dinheiro.....	08
1.2. Noções Preliminares	09
1.3. Mecanismos Utilizados no Processo de Lavagem.....	13
1.4. As Gerações das Legislações em relação aos Crimes Antecedentes..	14
2. A LEI Nº 12.683/2012 E SEUS ASPECTOS PENAIIS	16
2.1. O tipo principal	16
2.2. O Bem Jurídico	16
2.3. A extinção do rol de crimes antecedentes presente no artigo 1º da Lei e as gerações de tal delito.	18
2.4. Autor	23
2.5. Elemento subjetivo do crime e a Ação Penal nº 470	27
2.6. Da Prática de Organizações Criminosas	32
2.7. Da Delação Premiada.....	33
3. ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIIS	35
3.1 Aspectos processuais penais relativos às medidas assecuratórias.....	35
3.2 Aspectos processuais penais relativos ao artigo 17-B.....	36
3.3 Considerações acerca do artigo 17-D.....	38
3.3.1. Aspectos constitucionais.....	40
3.3.2. Aspectos do Inquérito Policial	41
CONCLUSÃO.....	44
Referências bibliográficas	47

INTRODUÇÃO

A partir do crescimento da globalização econômica e dos avanços tecnológicos nos campos da telecomunicação e internet, a lavagem de dinheiro tornou-se um dos maiores desafios das nações do mundo todo. Diante da expansão das fronteiras de atuação do crime organizado, de suas formas de atuação cada vez mais complexas e da internacionalização das organizações criminosas, a lavagem de dinheiro tomou contornos transnacionais e deu origem a um empenho cada vez maior das nações no combate ao delito.

Estima-se que anualmente o crime organizado movimente cerca de US\$500 bilhões, o equivalente a 2% do PIB mundial. Assim, a lavagem de dinheiro apresenta-se como uma ameaça global que atenta contra a segurança dos Estados, em razão das consequências lesivas ao sistema econômico financeiro.

O montante de dinheiro sujo incorporado anualmente à economia compromete o normal fluxo de capitais, permite a concorrência desleal, a criação de monopólios ou de grupos dominantes e o abuso do poder econômico, facilita a corrupção na administração pública e da sociedade em todos os níveis, ameaçando as economias lícitas e a soberania das nações.

A estratégia de combate e prevenção à lavagem de dinheiro segue, portanto, uma tendência internacional, pois se trata de uma atividade criminosa que, em regra, envolve mais de um país, levando à necessidade de se obter uma cooperação jurídica de âmbito internacional. (MORO, 2010).

Atendendo a essas tendências internacionais de cooperação no combate ao crime de lavagem de dinheiro foram introduzidas alterações na Lei n. 9.613/98 que trata do delito em questão, porém tais alterações trouxeram divergências em seu entendimento e em sua aplicação. Este trabalho busca melhor entendimento acerca dessas mudanças e soluções aos possíveis problemas trazidos por elas.

A pesquisa tem início na evolução histórica do delito estudado. Apresenta, ainda, a necessidade do combate às atividades delitivas que levam à prática de tal crime. Assim, desde logo, busca-se a conceituação do crime de lavagem de capitais para melhor entendimento da matéria aqui tratada.

Após expor a evolução histórica, faz-se a exposição dos aspectos penais concernentes às alterações introduzidas pela Lei 12.683, de 9 de julho de 2012, com as vantagens e eventuais desvantagens acerca de tais mudanças.

O presente trabalho detalha ainda, de forma expositiva, a eliminação do rol de crimes antecedentes, o bem jurídico tutelado, a expansão do rol de pessoas obrigadas a cooperar com a administração pública e a discussão acerca da teoria da cegueira deliberada aplicada ao crime de lavagem de capitais, discussão que ganhou maior destaque com a Ação Penal nº 470.

Ademais, aponta os aspectos processuais penais referentes às medidas cautelares em relação aos bens do acusado, assim como ao sigilo de dados cadastrais e à possibilidade de afastamento do servidor público pelo mero indiciamento ao crime de lavagem.

A fim de buscar solucionar os problemas trazidos com as modificações efetuadas por meio do texto da Lei nº 12.683/12, o presente trabalho visa demonstrar que são necessárias novas alterações pontuais com vistas a combater de forma mais eficiente tal conduta criminosa, pelos motivos que serão expostos.

Para isso propõe-se o seguinte problema: Da forma em que a Lei nº 12.683/12 se encontra atualmente, sem alterações pontuais, é realmente possível combater o delito de lavagem de capitais sem eventuais prejuízos a atividades e profissionais envolvidos nas questões relacionadas à lavagem de dinheiro.

Tratar-se-á a hipótese afirmativamente, partindo-se da demonstração de que, apesar dos avanços trazidos pela Lei nº 12.683/12, algumas das mudanças nas normas que disciplinam a lavagem de dinheiro não surtiram o efeito pretendido pelo legislador.

Seriam, assim, necessárias novas alterações pontuais, com vistas a combater com mais eficiência tal conduta criminosa, analisando-se os artigos 1º, a participação de terceiros na autoria, a teoria da cegueira deliberada e os artigos 17-D e 17-B da Lei nº 12.683/12.

O tema proposto exige uma solução ou um conjunto de soluções de forma a tornar mais eficaz o combate ao crime de lavagem de dinheiro, como proposto pela novel legislação.

1. A Lavagem de Capitais no Âmbito Geral

Nesse capítulo o intuito é apresentar ao leitor a legislação, em vigor no Brasil, que trata do delito de lavagem de capitais, bem como a necessidade de sua aplicação ao contexto atual da expansão da criminalidade transnacional. Será apresentado o histórico da prática do crime e sua evolução em gerações, chegando-se ao atual contexto do combate ao crime de lavagem e as dimensões de tal delito.

1.1 Origem e Conceito da Lavagem de Dinheiro

A expressão “lavagem de dinheiro” (*moneylaundering*) foi utilizada inicialmente nos Estados Unidos, como referência ao método utilizado por grupos mafiosos na década de 30 do século XX, para ocultar a origem dos patrimônios provenientes de atividades ilícitas.(BOTTINI; BADARÓ, 2012).

Durante a Lei Seca, vigente de 1920 até 1933 naquele país, Al Capone teria utilizado como fachada legal uma cadeia de lavanderias que lhe permitia depositar, na rede bancária, elevados montantes em cédulas de pequeno valor supostamente originados de vendas realizadas nas lavanderias, mas que na realidade eram resultantes do comércio ilegal de bebidas, jogos de azar, prostituição e extorsão. (BOTTINI; BADARÓ, 2012).

A lavagem de dinheiro é, pois, o método utilizado por um indivíduo ou por uma organização criminosa para incorporar na economia de cada país – sistemas bancários e ambientes de negócios - os recursos, bens e serviços oriundos ou ligados a atividades e atos ilícitos. (MAIA, 1999).

O processo visa transformar os ativos financeiros obtidos com atividades ilegais em recursos oriundos de uma fonte aparentemente lícita, sem que se possa identificar a atividade criminosa que os produziu ou os seus verdadeiros proprietários. (MAIA, 1999).

Em suma, pode-se dizer que lavagem de dinheiro é o conjunto de operações financeiras ou comerciais utilizado para a transformação do dinheiro sujo proveniente de condutas ilícitas em dinheiro aparentemente lícito, dinheiro ‘limpo’. (MENDRONI, 2006).

O “caput” do artigo 1º da Lei 9.613/98, alterado pela Lei 12.683/12, assim descreve o conceito de lavagem de dinheiro: *“Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal”*.

1.2. Noções preliminares

A globalização da economia, a expansão e modernização de recursos tecnológicos acabaram por conectar as economias mundiais e criar condições favoráveis para a criminalidade organizada e o cometimento de delitos de âmbito internacional.

Por essa característica de transnacionalidade o delito burla sistemas jurídicos e dificulta a investigação e persecução desses crimes, podendo levar ao comprometimento da estabilidade financeira dos países ao possibilitar às organizações criminosas contaminar e corromper as instituições democráticas e a sociedade em todos os seus níveis. (SANTICS, 2008; CERVINI et al, 1998).

Certo é que as organizações criminosas têm prosperado com a prática de delitos que geram grande quantidade de recursos econômicos e fazem uso da lavagem de dinheiro para usufruir da volumosa quantia de dinheiro obtida de maneira ilícita.

Nesse contexto, a comunidade internacional passou a reconhecer que o combate eficaz a algumas formas de criminalidade exige medidas estatais que venham a perseguir as riquezas decorrentes destes delitos. O combate à lavagem de dinheiro visa, portanto, privar seus autores do produto da atividade criminosa, eliminando seu principal incentivo. (SANTICS, 2008; SOUZA NETO, 2003).

A lavagem de dinheiro, como fenômeno criminológico, consistente na conduta do criminoso de ocultar ou simular o produto do crime, é certamente bastante antiga. Entretanto, como modalidade criminosa distinta, com tipificação e penalização na legislação, é extremamente recente. (MORO, 2010).

Vários instrumentos e ações internacionais foram firmados com o objetivo de adequar-se à dinamicidade da criminalidade e suprimir a lavagem de ganhos ilícitos,

por meio da ação intergovernamental no combate à lavagem de dinheiro (CALLEGARI, WEBER, 2012).

Ressalta Fausto Sanctis, que o primeiro instrumento de direito internacional relativo à lavagem de capitais foi a Recomendação do Comitê de Ministros do Conselho da Europa, de 1980, acerca de medidas contra a transferência, guarda e encobrimento de capitais de origem criminosa.

Entretanto, foi na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substância Psicotrópicas, realizada na cidade de Viena, em 20 de dezembro 1988, que se discutiu, pela primeira vez em âmbito mundial, o combate ao tráfico ilegal de drogas por meio da repressão à lavagem de capitais e as primeiras medidas para combater o crime de lavagem foram adotadas.

A Convenção tinha como objetivo principal o combate ao narcotráfico por meio da conscientização dos Estados de que o crime organizado estava ganhando a dimensão de uma empresa globalizada, já que os traficantes utilizavam-se do dinheiro ilícito obtido pelo tráfico. (MENDRONI, 2006).

Os Estados viram-se então compelidos a adotar medidas de caráter repressivo para combater a lavagem de dinheiro, por meio da criminalização das atividades que buscavam dar aparência lícita a recursos oriundos de atividades ilegais, e da adoção de medidas para confisco dos ganhos provenientes de crimes.

Desta feita, a Convenção de Viena difundiu a criminalização da lavagem de dinheiro e impôs aos Estados o dever jurídico de incriminar a lavagem de dinheiro, dando origem à primeira geração de legislação contra este tipo de delito.

O Brasil ratificou a Convenção de Viena, por intermédio do Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991, mas somente com o advento da Lei 9.613/98, a lavagem de dinheiro foi tipificada como crime pela legislação brasileira.

A Lei 9.613/98, uma continuação dos compromissos que o Brasil assumiu ao ratificar a Convenção de Viena em 1991, veio proteger a normalidade do sistema econômico financeiro do País ao instituir, de forma específica, tipos penais especialmente direcionados a combater os procedimentos de lavagem de capitais e ao criar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), junto ao Ministério da Fazenda. (COAF, s.a.).

O COAF é a unidade de inteligência financeira do sistema nacional de prevenção e, como o próprio site do órgão versa, tem a função de “prevenir a utilização

dos setores econômicos para a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, promovendo a cooperação e o intercâmbio de informações entre os Setores Público e Privado.” (COAF, s.a., s.p).

Instituído com a finalidade de “ser um órgão de Estado moderno, eficiente e eficaz, com pessoal qualificado e bem treinado, utilizando tecnologia de ponta”, tem suas competências definidas nos artigos 14 e 15 da Lei nº 9.613/1998¹.(COAF, s.a.).

Dentre as atribuições do órgão, destacam-se a de aplicar penas administrativas e disciplinares, receber, analisar e identificar qualquer suspeita de atividades que possam estar relacionadas ao crime de lavagem. Além disso, a mesma lei, no artigo 11, §3º, atribui competência residual ao COAF “de regular os setores econômicos para os quais não haja órgão regulador ou fiscalizador próprio.”(COAF, s.a.).

Cabe frisar que o referido órgão não é o único responsável pelo sistema anti-lavagem no Brasil, pois, para que haja um resultado eficiente por parte do Estado no combate às práticas que levam ao crime de lavagem, é necessário alto grau de cooperação e interação entre os diversos atores do cenário econômico-financeiro nacional. (MJ, 2014).

Nesta perspectiva, constatou-se a falta de desempenho coordenado, isto é, de articulação e estratégia conjunta de atuação, como a principal deficiência do Estado brasileiro no combate à lavagem de dinheiro. Contribuíram para este cenário a falta de um programa de capacitação e treinamento de agentes públicos, a dificuldade de acesso a bancos de dados e a insuficiência de indicadores de eficiência, entre outros. (MJ, 2014).

Com vista a desenvolver soluções para ampliar a capacidade de ação do Estado brasileiro, em 2003 foi realizada reunião, na cidade de Pirenópolis, com as principais autoridades responsáveis pelo combate à lavagem de capitais no País.

¹Art. 14. É criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

§ 1º As instruções referidas no art. 10 destinadas às pessoas mencionadas no art. 9º, para as quais não exista órgão próprio fiscalizador ou regulador, serão expedidas pelo COAF, competindo-lhe, para esses casos, a definição das pessoas abrangidas e a aplicação das sanções enumeradas no art. 12.

§ 2º O COAF deverá, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

§ 3º O COAF poderá requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.

Art. 15. O COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito.

As soluções e metas apontadas, com prazos e responsáveis definidos, foram agrupadas em objetivos estratégicos que constituem a chamada Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro – ENCLA para 2004. O novo sistema de combate ao crime de lavagem no País passa então a basear-se na articulação dos órgãos públicos, de forma permanente, nos níveis: estratégico, de inteligência e operacional. (MJ, 2014).

No âmbito internacional, o principal órgão antilavagem é o Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro, também conhecido como *Financial Action-Task Force on Money Laundering* (FATF).

Criado pelo G-7, em 1989, com sede em Palermo, o GAFI/FAFT atualmente, é composto por 34 países-membros, duas organizações regionais, além de diversas organizações internacionais observadoras. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Trata-se de uma organização intergovernamental que tem, como principal objetivo, a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo e da proliferação, por meio do desenvolvimento e promoção tanto de políticas nacionais como internacionais. (FATF, 2012).

Os padrões internacionais elaborados pelo GAFI/FAFT orientam os países na implementação de medidas em seus sistemas regulatórios e de justiça criminal, com vistas a atacar a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Além de monitorar o grau de cumplicidade com os padrões internacionais entre os países que fazem parte do grupo, a organização, ainda, financia pesquisas acerca de novas técnicas e métodos a serem tomados para prevenção do crime em questão. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Ao elaborar e revisar seus padrões e ao manter atualizadas as chamadas Recomendações, o órgão permite aos países a criação contemporânea e eficaz de uma legislação nacional. (FATF, 2012).

As Recomendações do GAFI/FAFT foram revistas, pela primeira vez, em 1996, para acompanhar as novas técnicas utilizadas pelos criminosos, ampliando o crime antecedente para além do narcotráfico, que foi o delito prévio para a configuração do crime de Lavagem de Capitais. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Como os criminosos foram se aprimorando nas técnicas para realizarem o referido delito, houve uma nova revisão em 2001, em Nova York, de modo que o GAFI/FAFT expandiu sua atuação para lidar com os atos terroristas, publicando oito

das atuais nove “recomendações acerca do financiamento do terrorismo.” (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Em 2003, houve nova reavaliação e 180 países aderiram às “40+9” Recomendações. A última revisão foi realizada em 2012, de modo a entregar aos governos novas ferramentas no combate à lavagem, além de reforçar os mecanismos utilizados e dar prioridade ao combate à corrupção e aos crimes fiscais. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Apesar de serem várias as Recomendações, cumpre anotar a que dispõe: “Os países deveriam aplicar o crime de lavagem de dinheiro a todos os crimes graves, de maneira a incluir a maior quantidade possível de crimes antecedentes”. (COAF, 2012).

Somente com a novel legislação, ou seja, após o advento da Lei nº 12.683/2012, tal Recomendação foi adotada no Brasil. Assim como esta Recomendação, outras não foram ou apenas agora estão sendo colocadas em prática. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

1.3. Mecanismos Utilizados no Processo de Lavagem

O processo de lavagem de dinheiro é uma forma dinâmica que visa permitir o acesso a ganhos ilícitos sem comprometer os envolvidos. Para tanto, faz-se necessário, em primeiro lugar, o distanciamento dos fundos de sua origem, para evitar a associação direta com o crime; em seguida, o rastreamento desses recursos é dificultado por meio da realização de várias movimentações para eliminar vestígios de sua origem ilícita; e em terceiro, a disponibilização do dinheiro novamente aos envolvidos, depois de ter sido movimentado o suficiente para ser considerado “limpo”. (MORO, 2010).

Via de regra, são três as etapas utilizadas para a prática do crime de lavagem de dinheiro que apesar de serem independentes, com frequência, ocorrem de forma simultânea: colocação, ocultação e integração. (COAF, 2014).

A **colocação** é a primeira etapa do processo na qual, como o próprio nome indica, se coloca o dinheiro no sistema econômico. O agente procura, portanto, movimentar o dinheiro em países que possuem um sistema financeiro mais liberal, com

regras mais permissivas, ou seja, os chamados ‘paraísos fiscais’ de modo a ocultar a origem ilícita dos bens. (MAIA, 1999).

A segunda etapa do processo é a **ocultação**, na qual o agente objetiva dificultar o rastreamento dos recursos ilícitos contábeis de forma a dificultar a continuidade das evidências mediante uma possibilidade de investigações acerca da origem do ilícito. Para isto, utiliza-se de transferências complexas geralmente realizadas por meio eletrônico, além de compensações financeiras realizadas nos paraísos fiscais. (SANTICS, 2008).

Por último, tem-se a etapa da **integração** na qual os ativos são reintegrados na economia. “As organizações criminosas buscam investir em empreendimentos que facilitem suas atividades – podendo tais sociedades prestarem serviços entre si. Uma vez formada a cadeia, torna-se cada vez mais fácil legitimar o dinheiro ilegal.” (COAF, 2014, s.p.).

Na fase da última etapa é difícil para a administração pública rastrear a origem ilícita do produto da lavagem de capitais, pois o dinheiro estará com aparência de origem lícita. (MENDRONI, 2006).

1.4. As Gerações das Legislações em relação aos Crimes Antecedentes

A Convenção de Viena teve o objetivo de conscientizar os Estados acerca de que a criminalidade organizada, tomando forma empresarial, faria ser necessária uma cooperação internacional para combatê-la no que diz respeito a questões relacionadas ao tráfico ilícito de entorpecentes. (MENDRONI, 2006).

Os países subscritores do acordo traçado na Convenção se comprometeram a criar leis que tipificassem penalmente as condutas ligadas ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes e a estabelecer regras que permitissem detectar o dinheiro proveniente do crime, através de transações nacionais e internacionais, a fim de viabilizar um combate globalizado e eficaz ao crime de lavagem de capitais. (MENDRONI, 2006).

Em cada país subscritor foram estabelecidos os crimes antecedentes aptos para gerarem a lavagem de dinheiro, de acordo com os critérios previstos e as necessidades do local. (MENDRONI, 2006).

Não se pode falar de análise das legislações que objetivam combater a lavagem de dinheiro sem que se dê destaque a três gerações das leis, que serão examinadas a seguir. (MENDRONI, 2006).

Havia, inicialmente, preocupação – com destaque para os Estados Unidos da América – com a penalização de condutas que disfarçassem a origem do dinheiro proveniente do tráfico ilícito de entorpecentes, fato este propulsor dos primeiros diplomas legais acerca do crime de lavagem. (MENDRONI, 2006).

Neste contexto, quando os traficantes eram “pioneiros na delinquência transnacional”, surge o sistema único, ou seja, a chamada primeira geração que é aquela em que apenas o tráfico de entorpecente e os crimes praticados por organizações criminosas eram tidos como antecedentes para a configuração do crime de lavagem de capitais. (MORO, 2010).

Posteriormente, passou-se a notar a necessidade de punir outras infrações penais com significativa relevância, que também ensejavam o delito de lavagem. Foram então editados diplomas legais para aumentar o rol de crimes antecedentes, mantendo-se, ainda, um rol taxativo - o sistema parcial. Assim, a segunda geração se deu no momento em que foi ampliado o rol de crimes anteriores para abranger outras práticas criminosas além das previstas no rol da chamada “primeira geração”. (MORO, 2010, p. 35).

Por fim, o rol de delitos antecedentes na chamada “terceira geração” é extinto, o que significa dizer que qualquer crime ou contravenção penal pode ser considerado como anterior para caracterização do crime de lavagem de dinheiro.

Devido ao lapso temporal, de aproximadamente dez anos entre a Convenção de Viena e a aprovação da Lei 9.613/98, a nossa legislação apresentava as características de segunda geração, em especial no que se refere ao rol de delitos antecedentes. (CALLEGARI, WEBER, 2012).

Ao limitar os delitos antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro, a lei já estava defasada frente à tendência mundial na extinção dos crimes pretéritos recomendada por convenções e organismos internacionais. Somente com o advento da Lei nº 12.638/2012, a legislação brasileira passou a se enquadrar na terceira geração. (MORO, 2010, p. 35).

2. A Lei nº 12.683/2012 e seus Aspectos Penais

Este tópico tem como objeto a análise dos elementos configuradores do tipo penal da lavagem de capitais, para demonstrar que apesar das mudanças terem sido, no geral, positivas, alguns aspectos penais deverão ser modificados para melhor eficácia no combate à lavagem de dinheiro, de modo a evitar grandes divergências e prejudicar atividades e profissionais envolvidos nas questões relacionadas à lavagem de dinheiro.

2.1. O tipo principal

O caput do artigo 1º utiliza-se das expressões “ocultar” e “dissimular” de forma a não deixar dúvidas quanto à interpretação do tipo e também para torná-lo mais abrangente, pois quem oculta dissimula e quem dissimula oculta. (MORO, 2010, p. 35).

Em relação à “natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade”, a intenção do legislador foi deixar caracterizado que independentemente da natureza do produto do crime, a ocultação ou dissimulação é suficiente para caracterizá-lo. (MORO, 2010, p. 31).

Por sua vez, quando se refere a “bens, direitos ou valores”, o legislador quis abranger qualquer benefício de natureza econômica, seja material ou imaterial. (MENDRONI, 2006, p. 61).

2.2. O Bem Jurídico

Quando se trata do crime de lavagem de dinheiro, há uma enorme complexidade no tocante à identificação do bem jurídico tutelado, já que, normalmente, essa compreensão se dá por meio da análise de leis extravagantes, pois isso não se faz possível por meio do estudo da sistemática legal. (GODINHO, 2001).

Como há complexidade sobre qual o bem jurídico é merecedor da tutela penal no caso do crime em questão, são dadas várias interpretações acerca do tema. Enquanto alguns entendem que há apenas um bem jurídico tutelado, outros entendem pela pluriofensividade do bem jurídico. Cabe demonstrar que o melhor entendimento para a definição do bem jurídico é a administração da justiça. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Desta forma, duas pessoas que comentem o crime de roubo, uma compra diretamente um bem com o produto do roubo e a outra transfere esse produto para um terceiro, a primeira não cometeu o crime de lavagem enquanto que a segunda se enquadra no tipo penal. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Observa-se do exemplo acima que em ambos os casos a afetação no campo econômico e de finanças é, em regra, nenhuma, mas no primeiro caso a administração da justiça consegue rastrear aquele bem, por sua vez, no segundo caso há uma maior dificuldade de rastrear, pois há um mascaramento. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Considerando o bem jurídico como sendo a ordem socioeconômica, o delito socioeconômico está de olho na regularidade, no bom funcionamento da economia e das finanças do país, portanto, para se considerar esse tipo de delito a conduta deve, no mínimo, afetar consideravelmente, pelo menos, o dia-a-dia da economia e do aspecto financeiro. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Os efeitos da discussão do bem jurídico tutelado no crime em questão são práticos. Um dos fatores que levam a esse entendimento é que se considerarmos o bem jurídico como sendo a ordem sócio-econômica poderemos incorrer no erro de considerar um crime de maior gravidade com uma aplicação de pena menor por praticamente não ter lesado a ordem econômica ou as finanças enquanto que um crime de menor gravidade pode vir a ter um apenamento maior por ter afetado de uma maior forma essa mesma ordem. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

O entendimento do bem jurídico como sendo a administração da justiça é de fundamental importância, pois se entendermos como sendo a ordem socioeconômica certamente o crime de lavagem de capitais deverá ser considerado insignificante pelo princípio da insignificância. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Conclui-se, portanto, que é de suma importância a definição do bem jurídico tutelado quando se trata do tema de lavagem de dinheiro.(PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

2.3. A extinção do rol de crimes antecedentes presente no artigo 1º da Lei e as gerações de tal delito.

A Lei 9.613/98 trazia em seu artigo 1º um rol de crimes antecedentes, de forma a caracterizar o delito de lavagem de dinheiro como crime derivado, isto é, dependente da existência de um crime antecedente, também chamado de crime acessório. (MORO, 2010).

A primeira modificação introduzida pela nova Lei é a alteração do termo “crime” por “infração penal”. A lavagem de capitais é um delito em que se presume a ocorrência de um fato típico ilícito e anterior, ou seja, uma infração penal antecedente, portanto, considerada crime acessório ou derivado. Por sua vez, a infração penal é gênero de que são espécies o crime e a contravenção. (MORO, 2010).

Com o advento da nova legislação, houve uma expansão do rol de crimes antecedentes para a caracterização do crime de lavagem de dinheiro pressupondo uma infração penal como antecedente. O termo infração penal pode ser contravenção penal ou crime. (SANTOS, 2012).

A segunda alteração trazida pelo novo diploma legal é na redação do artigo 2º,II e §1º, com o objetivo de caracterizar a lavagem, não havendo mais a exigência de que ocorra a condenação prévia da infração penal. Assim, havendo indícios da infração antecedente, é autorizada a instauração de uma ação penal para a persecução do crime de lavagem de capitais. A punição dos agentes pelo ilícito antecedente também não é necessária. (BOTTINI; BADARÓ, 2012).

Também no artigo 2º, a lei trouxe de forma expressa que o crime de lavagem poderá ser configurado ainda que o autor seja isento de pena pela infração penal antecedente. (BOTTINI; BADARÓ, 2012).

Com a atual redação dada pela Lei 12.683/12, torna-se importante diferenciar a prática do crime de lavagem do mero exaurimento do crime antecedente, dado que, com a alteração, todo crime, em tese, pode gerar o tipo penal do crime de lavagem de capitais. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Sabe-se que ao praticar um crime patrimonial, o agente busca uma vantagem econômica por meio de sua conduta, mas é de suma importância diferenciar a vantagem do crime patrimonial da prática de uma nova conduta delituosa para ocultar bens provindos de crime anterior de modo a caracterizar o crime de lavagem. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Este tema foi bastante debatido no caso da Ação Penal 470, pois deputados e parlamentares receberam dinheiro proveniente de esquema de corrupção, porém o que determina se houve a prática de lavagem de dinheiro é a forma de aplicação desse capital. Além do caso do 'mensalão' o tema também foi bastante discutido no caso do Banco Central de Fortaleza. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

O caso do Banco Central de Fortaleza foi o cometimento do segundo maior assalto à banco no mundo e foram furtados cerca de R\$ 164.755.150,00 que foram divididos entre os membros da quadrilha. Alguns utilizaram esse dinheiro de forma direta, sem tentar esconder a origem do dinheiro; outros, por sua vez, reinseriram o dinheiro na economia dando a ele aparência de lícito. Tal fato desencadeou a discussão supramencionada. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Ocorre que tanto a doutrina internacional quanto a doutrina nacional sempre consideraram que apenas o gasto do capital proveniente de crime anterior não caracterizaria a prática do crime de lavagem, pois para sua configuração é necessário um elemento subjetivo especial, não expresso em lei, ou seja, é necessária a intenção de reintroduzir de forma dissimulada o dinheiro na economia de modo que pareça proveniente de origem lícita. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Bottini e Badaró (2012) entendem não haver razoabilidade na aplicação da mesma pena àqueles que lavam bens resultado do tráfico internacional daqueles que lavam bens resultados do jogo do bicho. Apesar disto, a supressão do rol de crimes antecedentes não foi feita ao acaso, mas com o objetivo de incluir delitos contra a ordem tributária, como o jogo do bicho e os jogos de azar.

Callegari e Weber (2014), por sua vez, apontam o fato de que o contexto em relação aos jogos de azar foi modificado, ganhando proporções cada vez maiores e, portanto, o aumento da punição por parte do legislador trata-se de uma política criminal para punir o delinquente, o que nem sempre é possível que se faça quando se trata do crime antecedente.

Ainda segundo esses autores, a eliminação do rol de crimes antecedentes é uma tendência internacional, aderente às Recomendações do GAFI/FATF para maior eficácia no combate a este tipo de crime. Essa supressão, entretanto, não traz apenas vantagens, mas também desvantagens. Vejamos a seguir. (MORO, 2010).

Primeiramente, permite que a infração penal independentemente de sua gravidade ou extensão seja antecedente do crime de lavagem, o que gera risco de vulgarização do delito de lavagem. Tal aspecto reforça a importância da diferenciação entre o mero exaurimento do crime antecedente da prática de uma nova conduta resultando no crime de lavagem de capitais, sob pena de enquadrar no tipo penal de lavagem todo e qualquer delito. (MORO, 2010; PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Dentre as consequências negativas oriundas de tal contexto, ressalta-se, em primeiro lugar, a aplicação de pena ao crime de lavagem superior à do crime antecedente, o que, em certa medida, apresenta-se incoerente.

Corre-se ainda o risco de sobrecarga dos recursos disponíveis nas varas especializadas em lavagem de dinheiro, com o consequente desfocamento de sua atuação na prevenção e persecução penal de crimes mais graves. (MORO, 2010).

O desmembramento dos processos na justiça comum e na justiça especializada poderia ser solução para tal problema, mas geraria, em contrapartida, o risco de decisões conflitantes. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A respeito da gravidade ou extensão do crime de lavagem, Baltazar Júnior salienta que o tipo penal ficando aberto, poderia abranger até mesmo aquele que enterra produto de furto por estar ocultando um bem proveniente deste delito. (BALTAZAR JÚNIOR, 2010).

Quanto à desproporcionalidade, Três (2006) ressalta que a discrepância verifica-se enorme: já que qualquer infração penal pode gerar bens que constituem o crime de lavagem, até mesmo as contravenções penais podem receber punições mais brandas do que aquelas impostas pela lavagem do produto delas provenientes.

O entendimento de Três (2006) pode ser corroborado pelo entender de Canotilho (1986, p. 629):

O princípio da proporcionalidade em sentido restrito significa que uma lei restritiva, mesmo adequada e necessária, pode ser inconstitucional, quando adote coarctações de direitos, liberdades e garantias desmedidas, desajustadas, excessivas ou desproporcionais em relação aos resultados obtidos.

Essas consequências negativas são passíveis de serem sanadas, mas da forma como está a novel legislação e sem intervenção dos aplicadores do direito, a mudança realizada no artigo é desfavorável. (MORO, 2010).

A respeito da primeira desvantagem - aplicação de pena ao crime de lavagem superior à do crime antecedente -, a forma mais oportuna de saná-la seria a elaboração de norma de modo a impor proporcionalidade entre as penas para o crime antecedente e para o de lavagem de capitais.

Já para a segunda desvantagem - impedimento de focar os recursos disponíveis para prevenção e persecução penal de crimes mais graves -, seria importante o desenvolvimento de mecanismos controláveis e formais capazes de viabilizar certa seletividade para a prevenção e para a repressão do crime de lavagem. (MORO, 2010).

Em relação à terceira e última desvantagem – vulgarização do crime de lavagem de capitais - é de fundamental importância que seja estabelecida a diferença entre exaurimento e prática de uma nova conduta caracterizando o crime de lavagem de capitais. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Tratemos agora de outra alteração resultante da nova redação: a mudança de “geração” da lei, a partir da revogação dos incisos I a VIII do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, ou seja, a supressão do rol taxativo de crimes antecedentes. Primeiramente, cabe ressaltar que a criminalização do crime de lavagem de dinheiro não foi feita da mesma forma por todos os Países que ratificaram às Convenções. (CARLI, 2010).

Ao identificar legislações que não possuem todos os requisitos nos tipos penais entendidos como necessários ao combate à lavagem de dinheiro, o GAFI/FATF (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo) exorta a adoção de medidas para tratar tais deficiências estratégicas, de modo que as legislações internas dos países aderentes acabam por incorporar novos elementos para assegurar a adequada criminalização da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo.

Se por um lado tal persuasão é compreensível, na medida em que é necessária a cooperação jurídica internacional para reprimir o crime de branqueamento, de outro modo, porém, não é fácil incorporar tipos penais oriundos de uma cultura jurídica diferente, externa. (CARLI, 2010).

Atualmente, observa-se uma tendência internacional no sentido da expansão no que se refere ao campo de aplicação do crime em questão ou, em outras palavras, de ampliar o rol de antecedentes ou até mesmo de abarcar todos os crimes como antecedentes. (CARLI, 2010).

Essa expansão se dá por diversos fatores, entre eles a diversificação cada vez maior das atividades provenientes de organizações criminosas que, aliada a uma falta de definição precisa pelo legislador e pelos próprios tribunais, das formas de organização criminosa, acaba por dificultar a persecução penal dos crimes de branqueamento.

A expansão também se dá pelo fato de que outras modalidades criminosas passam a fazer parte do quadro da agenda política internacional e que sua representação também passa pela criminalização da lavagem de capitais. (CARLI, 2010).

A tipificação do crime de lavagem de dinheiro surgiu apenas com dois crimes antecedentes quais sejam o de tráfico de drogas ou os praticados por organizações criminosas (primeira geração). Em um momento posterior, o rol de antecedentes foi ampliado de modo a incluir outras condutas entendidas como graves. (MORO, 2010).

Por fim, na chamada legislação de terceira geração, o rol dos antecedentes é extinto e, desta forma, independentemente de qual atividade criminosa praticada ela poderá ser antecedente ao crime de lavagem. (MORO, 2010).

No Brasil, ao tempo da edição da Lei 9.613/98 optou-se pela tipificação do crime de lavagem de dinheiro seguido de um rol taxativo dos crimes considerados antecedentes ao crime de branqueamento, o que significa dizer que somente haveria a configuração do crime de lavagem, juridicamente como conduta típica, caso a lavagem fosse produto de um crime dito antecedente.

Conforme a explicação de Moro (2010), a lei brasileira ao ser criada enquadrava-se na legislação dita de segunda geração, que é aquela que abrange um rol significativo de crimes antecedentes, porém com a recente alteração trazida pela Lei 12.683/12 passou a ser considerada de terceira geração, consequência da extinção do rol de crimes antecedentes.

Em 2012, as 40 recomendações do GAFI/FATF foram revisadas para abranger crimes fiscais como antecedentes e, com tal alteração do enquadramento nor-

mativo o Brasil passa a ser uma entre as nações que cumprem essas recomendações. (ARAS, 2012).

2.4. Autor

No direito comparado existe uma exclusão de modo a afastar a chamada 'auto lavagem' em que a mesma pessoa atua expressamente na prática crime anterior e atua na dissimulação ou ocultação desse bem jurídico. Na legislação brasileira não há qualquer vedação à chamada 'auto lavagem'. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Existem vários problemas em relação à autoria do crime, não necessariamente em relação ao autor da lavagem, mas às pessoas que participam e colaboram com tal crime. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

A Lei de Lavagem de Dinheiro identificou vários setores utilizados para lavar o dinheiro proveniente e atividades ilícitas e muitos profissionais que atuam nesses setores, a exemplo de advogados e contadores, dentre outros, passaram a ter o dever de colaborar com as autoridades administrativas no combate ao crime em questão. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Em decorrência, algumas obrigações foram impostas a estes profissionais entre as quais esses profissionais a sistematização de cadastro dos clientes, assim como, principalmente, a comunicação às autoridades acerca de atividades suspeitas de envolvimento com o crime de lavagem. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Em primeiro lugar, vale ressaltar a atuação dos agentes financeiros frente à mudança da Lei de Lavagem. O agente financeiro, a exemplo do gerente de banco, ao suspeitar que uma conduta está ligada ao crime de lavagem de dinheiro deve comunicar sua suspeita à entidade financeira, para posterior encaminhamento ao COAF. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A questão que surge ligada à autoria e participação no crime de lavagem relaciona-se à obrigação legal que esse agente tem de comunicar às autoridades, como garantidor do bem jurídico, a atividade suspeita de ser proveniente do crime de

lavagem. Portanto, responderia ele criminalmente caso não comunicasse a suspeita a essa autoridade? (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A respeito deste tema, Callegari e Weber (2014), dispõem:

A lei não abarca esta hipótese, salvo a responsabilidade administrativa. Ademais, para nós, a responsabilidade se dá através de âmbitos de competência e, neste caso, não compete ao agente financeiro a averiguação prévia, ao menos na esfera criminal, da origem ilícita dos bens.

Continuando com o pensamento, completa:

Assim, parece-nos que os funcionários não têm dita função (garantidores) e, portanto, não se lhes pode atribuir o delito de lavagem de dinheiro caso realizem a transferência de fundos mesmo de origem suspeita. (CALLEGARI, WEBER, 2014, p. 103).

Neste sentido, Callegari e Weber (2014, p. 103):

Portanto, num primeiro momento, esta hipótese não se aplica ao agente financeiro, pois, a toda evidência, não parece que seja esta a sua intenção. Dito de outro modo, sua operação financeira não é movida com este fim, ou seja, de dar aparência de licitude a valores obtidos de forma ilícita. Assim, seu âmbito de competência é realizar o seu trabalho. Não lhe compete o resto.

A teoria do domínio do fato, discutida na Ação Penal n. 470, mostra a atualidade do tema, pois estavam envolvidos os grandes administradores, presidentes, vice-presidentes, entre outros cargos, no esquema dentro das corporações. A aplicação dessa teoria gera a preocupação de se limitar até que ponto pode ser imputada a prática delitiva a uma pessoa. (CALLEGARI, WEBER, 2014; PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Outra preocupação e discussão da origem dessa teoria é a diferenciação entre a conduta do autor e do partícipe do delito de lavagem, pois há diferentes consequências para quem é autor e quem é partícipe, sob pena de colocar a teoria como forma de relaxamento das exigências de imputação penal, responsabilizando ou permitindo responsabilizar, até de maneira indevida, alguém que poderia responder apenas administrativamente. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

De acordo com o jurista alemão Claus Roxin, a teoria do domínio do fato sempre irá considerar como autor aquele que tem o domínio da ação, domínio da vontade do outro ou o domínio funcional do fato, apenas o fato de “ter de saber” não é suficiente para o dolo. (OAB-RJ, 2012).

Contudo, uma coisa é o campo penal, isto é, o responsável pela autoria, outra coisa é o campo probatório, ou seja, provar que aquele agente praticou tal conduta visando o resultado. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Para evitar incorrerem no crime de lavagem as pessoas a que se refere o artigo 9º, principalmente, donos, presidentes, vice-presidentes e diretores de empresas e corporações, deverão adotar algumas diligências, pois tem a obrigação de (1) Conhecer o cliente, com registro e informações sobre ele. (2) Informar às autoridades públicas sempre que identificar suspeita de lavagem e, (3) Identificar operações suspeitas que ocorrem dentro da instituição. Ademais, a melhor forma de evitar qualquer penalidade, seja criminal ou administrativa é delimitar bem o rol de atividades e quem as exerce dentro da empresa. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Um dos temas mais interessantes dentro do campo das responsabilidades é a atuação do advogado, pois a alteração ampliou o rol de pessoas do inciso 14, artigo 9º incluindo pessoas que prestam assessoria, consultoria, compra e venda de imóveis, etc. (BOTTINI, 2014).

Começou uma polêmica de forma tímida sobre a atuação do advogado, principalmente em relação aos honorários recebidos quando da defesa do cliente envolvido com o crime em questão. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

O tema importante em torno da figura do advogado é diferenciar o trabalho desse profissional na defesa de seu cliente em que, primeiramente, há o dever de sigilo consagrado pela Constituição Federal de modo que jamais poderia se exigir do advogado a comunicação ao COAF de operações suspeitas que pudessem prejudicar o cliente, fato que violaria indiretamente o próprio direito ao silêncio. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Callegari e Weber (2014) ressaltam que o sigilo profissional do advogado é de natureza grave e de extrema importância que sua quebra foi tipificada pelo Código Penal no artigo 154. Sendo o advogado essencial à defesa e proteção dos interesses de seus clientes de forma a garantir o direito fundamental de defesa.

Portanto, se houvesse a obrigação de relatar às autoridades sobre o que foi relatado por seu cliente, no exercício da profissão, seria infringir a norma constitucional. (CALLEGARI, WEBER, 2014).

Entretanto, não significa dizer que o advogado possui imunidade absoluta em relação ao crime de lavagem de dinheiro, pois ao atuar como consultor ou assessor o advogado não pode prestar serviços como mentor intelectual de modo a

blindar o patrimônio, pois, neste caso, responderia ao crime de lavagem. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Em relação aos honorários maculados, vejamos o entendimento de Bottini (2014, s.p.):

Se observarmos com cuidado a lei brasileira de lavagem de dinheiro, o recebimento de honorários maculados não é conduta típica. Não se trata de ocultação ou dissimulação (art. 1.º, caput). O dinheiro recebido por profissional liberal, em contraprestação a serviços realmente efetuados, com a regular emissão de nota fiscal, não contribui para mascarar o bem, uma vez que seu destino é conhecido. Não há ato objetivo de lavagem do dinheiro. A transparência/formalidade do pagamento afasta a incidência do dispositivo.

Ainda conforme os ensinamentos de Bottini (2014), somente configuraria lavagem de dinheiro o recebimento de honorários maculados caso o advogado utilize de sua atividade para dissimular e reintroduzir na economia o dinheiro ilícito, dando-lhe aparência de lícito.

Neste sentido Callegari e Weber (2014, p. 123)

Não há dúvidas de que quando o advogado participa efetivamente e com intenção de lavagem ele deva ser punido, e ainda: O abominável projeto inclui a conduta do tipo de lavagem sem qualquer análise constitucional do direito de defesa e do próprio estatuto da Ordem, equiparando o advogado de boa-fé ao delinquente que lava dinheiro.

A solução que se daria a esse problema seria a defesa do lavador de dinheiro por meio de um defensor público, mas jamais se poderia obrigar uma pessoa a ser defendida por um defensor público, sem entrar na questão da qualidade dos serviços de cada profissional, mas “observando ao princípio dos direitos fundamentais de defesa e livre escolha do defensor.” (BOTTINI, BADARÓ, 2012, p. 141).

Callegari e Weber (2014), no caso de honorários seria justo o pagamento feito, com a justificativa do serviço prestado, considerando o recebimento de honorários como uma atividade neutra.

Diante disto, conclui-se que o advogado quando atua em defesa de seu cliente não está obrigado a prestar informações de modo a prejudicar quem o contratou. Ademais, o advogado não poderá atuar de modo a ajudar a ocultar ou dissimular a origem desses bens quando procurado para consultoria ou assessoria. E por último, pois o recebimento dos honorários maculados não configura prática de lavagem o mero recebimento de honorários por parte do advogado. (CALLEGARI; WEBER, 2014).

2.5. Elemento subjetivo do crime e a Ação Penal nº 470

Antes da alteração da lei não se aceitava que o delito de lavagem fosse praticado na forma de dolo eventual, pois a própria lei, em sua tipificação deixava clara a necessidade de ação, por parte do autor do crime, com intenção direta de ocultar ou dissimular a origem dos bens obtidos ilicitamente, posição adotada por Callegari e Weber (2014).

Segundo Maia (2004), antes da modificação da Lei, o autor do crime deveria ter sua conduta dirigida ao resultado, pois conhece a origem do produto do crime e pretende dar-lhe a aparência de lícito, portanto, somente é possível o dolo direto. A atuação tem uma finalidade específica e, diante disto, não cabe comissão destes delitos antecedentes, não sendo possível a modalidade culposa ou a ocorrência de dolo eventual.

Na legislação brasileira, o legislador somente utilizou os verbos ocultar e dissimular a procedência dos bens, concluindo-se que cabe, somente, o dolo direto. Desta forma, somente tendo conhecimento da origem dos bens que se pode praticar o crime previsto no art. 1º. (MAIA, 2004).

O mesmo pode se dizer em relação ao §2º, I do artigo 1º, pois o legislador usa a expressão “que sabe serem proveniente”, concluindo que necessariamente precisa ter conhecimento a respeito da procedência do objeto do crime. (CALLEGARI; WEBER, 2014, p. 90-91).

Incorre, ainda, na mesma pena quem: “I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabem serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo”. (BRASIL, 1998, s.p.).

Com o advento da Lei nº 12.683/2012 a situação é modificada havendo, agora, a possibilidade do dolo eventual. (CALLEGARI, WEBER, 2014) “Incorre, ainda, na mesma pena quem: I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal”.(BRASIL, 1998, s.p.).

Conforme André Luís Callegari, o legislador abriu possibilidade de se discutir sobre a aplicação de uma teoria chamada cegueira deliberada ao crime de lavagem.(CALLEGARI; WEBER, 2014)

Essa teoria foi assunto discutido na Ação Penal 470 do STF, conhecida popularmente como 'Mensalão' e consiste no agente fingir a não percepção sobre alguma situação ilícita afim de conseguir o resultado pretendido. (STF, 2012f).

Aspecto relevante acerca do julgamento diz respeito ao item III da denúncia, referente à subtração fraudulenta de dinheiro público para os réus que compunham o denominado 'núcleo publicitário', associados a contratos de publicidade das agências como as comandadas por Cristiano de Mello Paz, Marcos Valério de Souza, Ramon Hollerbach com o Banco do Brasil e a Câmara dos Deputados. (STF, 2012f).

A respeito do parágrafo anterior, a primeira discussão a ser destacada é a do réu João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados à época dos fatos. O Ministro Joaquim Barbosa, relator, entendeu estar configurado o crime de branqueamento de capitais com base no modo de execução utilizado pelo acusado, consistente na dissimulação das vantagens indevidas recebidas em proveito próprio, mediante mecanismos de fraude ocorrendo por fora do sistema bancário. (STF, 2012a).

Ainda em seu voto, o Ministro registrou que a vantagem indevida recebida pela esposa do réu não se caracteriza como exaurimento do delito de corrupção passiva, na medida em que o meio empregado para o recebimento se trataria de delito autônomo de lavagem de capitais. (STF, 2012a).

Por sua vez, o Ministro Ricardo Lewandowski, revisor, votou pela absolvição do acusado em questão, fundamentando seu voto no fato de que o réu não tinha conhecimento a respeito do crime antecedente ao da lavagem, e para a configuração do branqueamento não se admite dolo eventual. (STF, 2012b).

Em relação aos votos dos demais Ministros, cabe ressaltar o do Ministro Celso de Melo que indicou a possibilidade de dolo eventual para o cometimento do branqueamento de capitais, apoiando-se na teoria da ignorância deliberada, também conhecida como cegueira deliberada, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei n. 9.613/98. (STF, 2012c).

O tema de lavagem foi novamente comentado no item VI da denúncia. Desta vez o fato estava relacionado ao esquema de compra de suporte político por parte de partidos de base aliada para que os projetos de lei fossem aprovados por possuírem interesse governamental, especialmente no tocante às alterações de cunho previdenciário e tributário. (STF, 2012d).

Neste aspecto, o Supremo Tribunal Federal admitiu o elemento subjetivo do dolo eventual para caracterizar o crime de lavagem. Adotando, neste caso, a teoria da cegueira ou ignorância deliberada. Vejamos a seguir algumas decisões proferidas na referida Ação Penal a respeito dessa teoria:(STF, 2012c).

A primeira decisão a ser mencionada foi a decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello na análise do crime de lavagem na análise do item VII da denúncia na Ação Penal 470, realizada em uma sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal, votando pela condenação dos ex-deputados federais João Magno e Paulo Rocha do PT e do ex-ministro dos transportes Anderson Adauto. E a favor da absolvição de Anita Leocádia (assessora de Paulo Rocha), José Luiz Alves (assessor de Anderson Adauto) e Luiz Carlos da Silva (professor Luizinho). Conforme se verifica a seguir:

Admito a possibilidade de configuração do crime de lavagem de valores, mediante o dolo eventual, exatamente com apoio no critério denominado por alguns como 'teoria da cegueira deliberada', que deve ser usado com muita cautela. (STF, 2012f, s.p.).

Porém, em relação a Anderson Adauto, João Magno e Paulo Rocha, o Ministro entende que essa situação não é cabível: “A mim me parece que a conduta de tais acusados mostra-se impregnada do dolo determinado ou dolo direto”. (STF, 2012f, s.p.).

O Ministro, em seu voto, ainda disse que:

O intuito de lavar, de agir com dolo de lavagem, resulta evidente do comportamento desses três réus, que objetivavam – com as condutas descritas e, a meu juízo, devidamente comprovados nos autos – conferir aparência lícita a um dinheiro de origem ilícita, um dinheiro sujo, ainda que não se exija, para efeito de consumação do crime de lavagem, que se realize a mutação do lucro ilícito para um ativo lícito. (STF, 2012f, s.p.).

Isto porque, para Celso de Mello, os agentes agiram com intenção de ocultar ilicitamente os valores recebidos “o que ficou evidenciado pela clara adesão desses réus ao esquema constituído para esse efeito específico”. (STF, 2012f, s.p.).

O Ministro em seu voto, ainda explicou que embora o processo de lavagem tradicionalmente seja composto pelas três fases ocultação, dissimulação e integração pode encerrar-se, no entanto, com repercussão jurídica e relevo penal com qualquer daqueles momentos”. Entendendo que é suficiente a mera realização da primeira fase para que se configurem os elementos do tipo penal. (STF, 2012f).

Ademais, salientou ainda que tanto a instituição financeira quanto seus dirigentes mantinham registros, de forma irregular, dessas movimentações, o que ficou 'claramente evidenciado' por meio das provas constantes nos autos. (STF, 2012f).

Desse modo, Celso de Mello acompanhou o voto do ministro relator Joaquim Barbosa, entendendo o comportamento de Anderson Adauto, João Magno e Paulo Rocha como criminoso.

Tenho para mim que esse comportamento ajusta-se ao núcleo do tipo penal definido no artigo 1º da Lei 9.613/98, com especial destaque para os verbos típicos para aquele núcleo do tipo penal que se refere ao ato de 'ocultar' e ao ato de 'dissimular'. (STF, 2012f).

O ministro Celso de Mello acompanhou o voto do relator Joaquim Barbosa que, por sua vez, disse de acordo com o site do STF a respeito de Paulo Rocha:

[...]ao contrário do que sustentado por Paulo Rocha, não se tratava de simples transferência de recursos do diretório nacional do PT para o diretório do partido no Pará, uma vez que os recursos foram de fato repassados por pessoas ligadas ao empresário Marcos Valério, sócio proprietário da agência SMP&B Comunicação. Também foi considerado irrelevante para o ministro o fato de os recursos terem sido direcionados ao pagamento de dívidas do diretório regional do PT no Pará, uma vez que a destinação dos recursos, segundo a Lei 9.613/1998, é indiferente para a tipificação do crime de lavagem de dinheiro.[...] (STF, 2012e, s.p.).

Desta forma, a teoria da cegueira deliberada estaria configurada conforme demonstra o site em questão, sobre o voto do relator:

O fato de o réu declarar não saber explicar por que o PT nacional não fazia as transferências diretamente para o PT do Pará, para o relator, é uma forma de reconhecimento explícito da natureza indevida dos repasses. O conhecimento da origem ilícita dos recursos, provenientes de crimes contra a administração pública e o sistema financeiro nacional, ficou demonstrado também pelo fato de que o réu, dolosamente, valeu-se de terceiras pessoas para receber os recursos. Esse conhecimento é reforçado pela posição de destaque do réu, deputado federal e presidente do diretório do PT no Pará, e pelo fato de que a reunião que selou o acordo entre o Partido Liberal (PL) e o Partido dos Trabalhadores (PT) foi realizada em sua casa. (STF, 2012e, s.p.).

Acerca do réu João Magno, o ministro relator se posicionou da seguinte maneira:

[...]as provas colhidas demonstram que o réu João Magno recebeu, entre dezembro de 2003 e setembro de 2004, o total de R\$ 360 mil, de modo a ocultar o fato de que ele era o real destinatário dos recursos, fazendo-o porque sabia da origem ilícita do dinheiro. A fim de levar a efeito a ocultação dos recursos e dissimulação das operações, valeu-se da intermediação de terceiros: as provas indicam que o réu recebeu R\$ 350 mil por meio de Paulo Vieira Albrigo, e R\$ 10 mil foram depositados na conta de Charles Antônio Ribeiro ambas as informações confirmadas por depoimentos de João Magno [...].(STF, 2012e, s.p.).

Apesar de ambos terem declarado ter recebido os recursos afim de pagar dívidas, o relator reforçou que este fato não descaracteriza o crime de lavagem.

A ministra Rosa Weber acompanhou os dois ministros no tocante à teoria da cegueira deliberada, entendendo que ela se equivale ao dolo eventual e não a uma consciente negligência, pois houve ciência da grande probabilidade dos bens, direitos ou valores ter sido fruto de um crime antecedente; atuaram indiferentemente a este fato e houve escolha dos agentes em não tomar conhecimento sobre os fatos, quando existia esta possibilidade. (FEBRABAN, s.a.).

Apesar da teoria da cegueira deliberada ser compatível com o dolo eventual após a mudança do §2º, I do artigo 1º, limites devem ser traçados para que se utilize essa teoria no ordenamento.

Segundo Callegari e Weber (2014, s.p.) o primeiro limite seria “a suspeita justificada do sujeito sobre a concorrência de sua conduta à atividade” deixando de obter, de forma voluntária, essa consciência. O segundo limite “refere-se à disponibilidade da informação que pudesse aclarar o conhecimento do agente” de forma a concluir por meio de provas que o crime seria de fácil descoberta. O terceiro requisito é “a manutenção do estado de ignorância para proteger-se de eventual descoberta do delito e futura condenação”.

Os limites devem ser traçados de forma cuidadosa e, a aplicação da teoria mais ainda, sob pena de se aplicar uma responsabilidade objetiva resultando na vulgarização do tema. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A preocupação acerca do tema que foi discussão não só na Ação Penal nº 470, mas no caso do Banco Central de Fortaleza e no caso do Farol da Colina no Paraná é que a teoria é oriunda do direito anglo-saxão. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Nos Estados Unidos surgiu a teoria da cegueira deliberada no fato de transporte de malas contendo entorpecentes e o transportador se recusava a conhecer o conteúdo da mala configurando o erro de tipo. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

O cuidado que se deve ter ao transportar essa teoria ao direito Brasileiro é o fato de termos instrumentos mais sofisticados em que, possivelmente, apenas a discussão sobre culpa consciente e dolo eventual poderia resolver o problema, pois a

teoria da cegueira deliberada para ser aplicada sem vulgarização precisa ser estudada e atender a certos requisitos. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Em relação ao caput do artigo em questão, a exclusão do rol de antecedentes indiretamente amplia o elemento subjetivo e facilita a atuação do acusador como veremos a seguir. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Na primeira geração o rol de antecedentes era apenas o tráfico ilícito de entorpecentes, portanto, por mais que houvesse suspeita de que o dinheiro viesse de um crime, poderia haver a certeza de que não era o tráfico, não configurando, portanto, o crime de lavagem. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Ao passar para a segunda geração, o rol de crimes antecedentes se amplia, mas mesmo assim o acusador poderia suspeitar de que não se tratava de um dos crimes compostos no rol de antecedentes. Porém, na terceira geração qualquer crime passa a ser anterior ao crime de lavagem, desta forma, apenas a suspeita do dinheiro advir de um crime já poderia configurar, em tese, o tipo penal da Lei 12.683/12. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Conclui-se que apesar de não possuir nada em escrito acerca do tema que é de grande controvérsia na doutrina e na jurisprudência, o julgamento do 'Mensalão' e a alteração na Lei de Lavagem abrem possibilidades para que se aplique essa teoria ao direito brasileiro, já que ela é de origem britânica e muito utilizada na jurisprudência norte-americana. Devendo, porém ter muita diligência ao aplicá-la. (CALLEGARI; WEBER, 2014, PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

2.6. Da Prática de Organizações Criminosas

A Lei nº 9.613/98, em sua redação original, tinha a previsão em seu artigo 1º, inciso VII, da prática do crime de branqueamento por organizações criminosas que gerava uma discussão doutrinária e jurisprudencial acerca da organização criminosa, pois tal termo não possuía conceituação na legislação brasileira. Mas não há mais que se falar a respeito desta divergência doutrinária na medida em que o rol de crimes antecedentes foi suprimido. (CONSERINO, 2011).

Apesar de a nova legislação em seu art. 2º, §4º dispor do termo organização criminosa para causa de aumento de pena, com o advento da Lei 12.850/13 que traz a definição sobre o que é uma organização criminosa, não cabe mais discussão acerca desse assunto.(BRASIL, 1998; BRASIL, 2013).

2.7. Da Delação Premiada

A Lei 12.683/2012 disciplinou de forma retraída acerca da delação premiada, “pois a *delação* em sentido estrito é apenas uma de suas facetas”. E pouco altera em relação à legislação anterior. (ARAS, 2014, s.p.).

Em relação ao tema delação premiada nos crimes de lavagem de dinheiro é importante separar dois aspectos. O primeiro é o que a lei regulamenta que são os efeitos materiais da pena e a natureza da sanção. Em segundo, o aspecto de quais os requisitos procedimentais para a produção da delação e os cuidados de proteção ao delator. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Atualmente há uma grande lacuna na lei em relação ao tema delação premiada. Porém, para o crime de lavagem de dinheiro uma mudança importante foi o §5º do artigo 1º que passou a prever expressamente que a delação pode ser realizada em qualquer momento, mesmo após o trânsito em julgado, mas desde que seja eficaz, isto é, no caso da lavagem, leve à localização do produto. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Neste sentido, ao relatar a matéria na CCJ, o senador Eduardo Braga esclareceu

tal dispositivo faculta ao juiz deixar de aplicar a pena ou de substituí-la por pena restritiva de direitos, mesmo posteriormente ao julgamento, no caso de criminosos que colaborem com a Justiça na apuração das infrações penais ou na recuperação dos valores resultantes dos crimes. (ARAS, 2014, s.p.).

Como se trata de uma mudança benéfica, essa lei pode retroagir para alcançar fatos ocorridos antes de sua vigência. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A lei não detalha alguns procedimentos a respeito da ordem prática do instituto da delação premiada, construído a partir do direito comparado e regras do direito internacional. (ARAS, 2014).

A falta de regulamentação em relação à delação premiada acaba por trazer problemas de ordem prática que incidem direta ou indiretamente na delação feita nos casos do crime de lavagem de capitais, porém essa discussão acerca da legislação da delação premiada fugira do tema de lavagem. Mas é necessário que se tenha uma regulamentação mais detalhada, de modo a evitar situações como o acordo verbal feito pelo MP e o acusado ou a autoridade policial e o acusado, pois não necessariamente a delação poderá ajudar no futuro andamento do processo. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A falta de legislação específica acabou por tornar de praxe a técnica de acordos clausulados de delação premiada, realizada primeiramente pelo Ministério Público do Paraná em 2003. Técnica esta que sofre diversas críticas. Cabe ressaltar que a legislação atual autoriza o benefício da delação premiada inclusive para as infrações penais anteriores. (ARAS, 2014).

3. Aspectos Processuais Penais.

Neste capítulo começará a abordagem a respeito dos aspectos processuais penais acerca das discussões e divergências que ocorrem sobre o artigo 17-B e 17-D da Lei 12. 683/2012, para demonstrar que a quebra do sigilo não é inconstitucional, mas que, por sua vez, o afastamento do servidor público do seu trabalho por mero indiciamento é inconstitucional e prejudica o envolvido, merecendo alteração pontual ou sua retirada do ordenamento.

3.1. Aspectos processuais penais relativos às medidas assecuratórias

Uma das maneiras mais eficazes de combater o delito de lavagem de capitais consiste na indisponibilização dos bens dos agentes que praticam o delito, fazendo com que tenham menos poder e influência econômica para continuar com a prática do crime e de forma a evitar que tais bens e valores sejam deteriorados. (MJ, 2014).

Na prática, somente a prisão preventiva sem apreensão dos bens não tem tanta utilidade, pois a organização criminosa continua atuando. Desta forma, é fundamental que sejam tomadas algumas medidas para que os bens e valores fiquem indisponíveis não só ao criminoso, como às organizações criminosas. (MJ, 2014).

Trata-se das medidas assecuratórias, previstas no artigo 4^o da novel legislação, que versam a respeito da inversão do ônus da prova de medidas cautelares. Para tanto, deve-se distinguir dois momentos e a finalidades das medidas, isto é, uma coisa é a medida cautelar no curso da investigação ou no curso do processo, outra coisa é o efeito civil da condenação penal que implica na perda de bens ou direitos provenientes do crime. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A finalidade da medida assecuratória é afastar o risco de perecimento dos bens dos quais não há a certeza da proveniência ilícita, mas apenas indícios, pois

²O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes (BRASIL, 2012)

para a decretação de medida cautelar não se faz necessário a certeza, mas apenas o indício. Neste sentido, pode-se dizer que há alguma inversão do ônus da prova. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

A lei das medidas cautelares prevê que para a liberação do bem apreendido é necessário que o acusado faça prova da licitude da origem dos bens, portanto, não se diferencia da figura já existente no Código Penal que a do sequestro de bens que possuem indícios de sua natureza ilícita. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Caso não tenha ocorrido a liberação dos bens apreendidos até o final do processo não significa dizer que haverá o perdimento. O acusado pode ser considerado culpado e, demonstrada sua atuação em crimes antecedentes, mas não necessariamente aquele bem específico que fora apreendido seja, necessariamente, proveniente do crime. Desta forma, se ao final do processo ainda houver dúvidas quanto à origem do bem não será aplicada a sanção civil. (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Outra mudança importante foi a do prazo para o sequestro e apreensão dos bens que alterou o prazo de 120 dias. Tal prazo trazia problemas à investigação policial na medida em que se tornava um óbice para investigar organizações criminosas. (SANTOS, s.a.).

3.2. Aspectos processuais penais relativos ao artigo 17-B

O sigilo de dados cadastrais da redação do artigo 17-B A Lei n. 12.683/12 alterou o entendimento sobre dados cadastrais. Antigamente, pela Lei n. 9.613/98 o Ministério Público e a polícia judiciária só poderiam ter acesso aos dados cadastrais de pessoas jurídicas ou físicas após autorização judicial, o que acabava por tornar lentas as investigações e, por consequência, inócuas algumas medidas investigativas. (SANTOS, s.a.).

A presente legislação, em seu artigo 17-B traz em sua redação:

Art. 17-B. - A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, pelos provedores de internet e pelas administradoras de cartão de crédito. (BRASIL, 1988, s.p.)

Esse tema foi objeto de grande discussão na Ação Direta de Inconstitucionalidade em face deste artigo movida pela Associação Brasileira de Concessionárias de serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), pois entende-se pelo atual artigo que membro do Ministério Público e o delegado de polícia não mais necessitam de autorização judicial para ter acesso aos dados cadastrais contendo filiação, endereço e qualificação pessoal dos investigados, podendo requisitar de forma direta. (SANTOS, s.a.; STF, 2013).

Segundo a empresa o artigo em questão violaria o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal que dispõe que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”, garantindo direito à indenização, quando violado, por dano moral ou material. (STF, 2013, s.p.).

Sustenta ainda que a alteração do texto da Lei, principalmente no que se refere aos usuários de seus serviços, tem seus direitos violados no que se refere à esfera de proteção dos cidadãos. (STF, 2013).

Além disso, alega que:

segrega do Poder Judiciário o poder-dever de examinar caso a caso se a flexibilização do direito fundamental à privacidade se justifica, transferindo-o ao Ministério Público e às autoridades policiais, que são parte na investigação, e que, por óbvio, têm, muito estranhamente, restrições em submeter a medida ao prudente crivo do Judiciário. (STF, 2013, s.p.).

Utiliza-se ainda do argumento de que se faz necessária autorização judicial para tais medidas serem tomadas, sob pena de violar o dispositivo do artigo 1º, §3º da Lei 10.073/2013. (STF, 2013).

Antes mesmo da alteração da novel legislação, o habeas corpus nº 131.836 RJ (2009/0052108-4) já falava sobre o tema de interceptação telefônica e prévia autorização judicial: “Em arremate, frise-se que o inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal assegura o sigilo das comunicações telefônicas, nas quais, por óbvio, não se inserem os dados cadastrais do titular de linha de telefone celular.” (STJ, 2009, s.p.).

Nesse mesmo sentido, tem-se ainda a decisão da Quinta Turma no sentido de que não consiste em violação do sigilo os dados do número de telefone, informações cadastrais e qualificações dos investigados. (STJ, 2009).

As informações referidas no parágrafo acima são de interesse não só do Estado, como da sociedade e não enseja a violação do sigilo, pois são meras informações. (ROMANO, s.a.).

Tal medida, trazida pelo texto da Lei, acarreta no dinamismo das investigações criminais, eliminando um extenso tempo de tramitação do referido requerimento, sendo uma mudança favorável e de grande relevância. (SANTOS, 2012).

Com o objetivo de garantir uma efetividade plena do disposto no artigo, caso o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia formulem um pedido ao juiz pedindo a requisição dos dados cadastrais, este deverá não conhecer do pedido alegando falta de interesse de agir, exceto nos casos em que os requerentes comprovem que houve recusa no atendimento em relação à requisição direta. (SANTOS, 2012).

3.3. Considerações acerca do artigo 17-D

Este é um dos artigos da Lei nº 9613/1998 mais polêmicos entre os juristas. De um lado, há os que defendem a inconstitucionalidade de tal norma, e, de outro, os que defendem sua plena constitucionalidade.

O ponto central da controvérsia é a previsão contida no citado artigo de que o servidor público indiciado pelo crime de lavagem de dinheiro deve ser afastado previamente de suas funções, ou seja, sem autorização judicial.

O referido dispositivo tem a seguinte redação:

Art. 17-D -Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

Os juristas que defendem o entendimento de que essa medida não fere a Constituição Federal, argumentam que o afastamento preventivo do servidor público indiciado, previsto no dispositivo acima transcrito, é uma medida pura e simplesmente administrativa. (SANTOS, 2012).

Argumentam, ainda, os defensores de tal entendimento que a Lei nº 8.112/90, contém medida semelhante, de natureza administrativa, prevista em seu artigo 147³, cuja constitucionalidade nunca foi questionada. Tal norma, assim como o

³Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração. Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

art. 17-D da nova lei de lavagem de dinheiro, estabelece o afastamento preventivo de servidor público antes de qualquer autorização judicial. (SANTOS, 2012).

A corrente que defende a alteração, assim como alguns dos membros da ADEPOL, alega que tal medida não afeta o princípio da presunção da inocência por ser uma medida de cunho cautelar. (SANTOS, 2012).

Segundo essa corrente, é nítida a natureza cautelar da legislação, de forma a evitar práticas criminosas e meios de dificultar o andamento do processo, como a destruição ou camuflagem de provas, conforme o artigo 282, I do Código de Processo Penal versa. (SANTOS, 2012; BRASIL, 1941).

Entretanto, o que os defensores desse entendimento não levam em consideração é que, apesar de não ter sido ainda questionado, o artigo 147 da Lei nº 8.112/90 pode ser contrário à Constituição Federal do mesmo modo que o artigo 17-D da nova lei de lavagem de dinheiro. (SANTOS, 2012).

Ademais, o paralelo feito por esses estudiosos da matéria entre o artigo 17-D da Lei nº 9613/1998 e o art. 147 da Lei nº 8112/90 não é apropriado. Isso porque, diferentemente do que está previsto no citado art. 17-D, o afastamento do servidor público, disciplinado no art. 147 da Lei nº 8.112/90, não é automático, mas, antes, uma simples possibilidade, o que pode ser constatado pela simples leitura do texto do dispositivo, no qual foi utilizada a expressão “poderá determinar o afastamento”.

Além disso, o dispositivo determina que a decisão da autoridade instauradora do processo disciplinar seja fundamentada, pois o eventual afastamento do servidor só pode ocorrer em uma hipótese, qual seja, para prevenir a possibilidade de ele influir na apuração da irregularidade. Ademais, no art. 147 da lei do servidor público, o legislador fixou um prazo máximo de afastamento de 60 dias, prorrogável por igual período (SANTOS, 2012).

Assim, em que pesem os argumentos contrários, a vertente do presente estudo é no sentido de que o afastamento preventivo do servidor público indiciado, conforme previsto no dispositivo aqui comentado, é inconstitucional, porque afronta o princípio da presunção de inocência. Isso porque, por restringir direitos do servidor público indiciado, tal medida cautelar deve ser adotada por um Juiz de Direito, que tem poderes jurisdicionais (ao contrário do Delegado de Polícia), por meio de decisão motivada e fundamentada (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

3.3.1. Aspectos constitucionais

A Constituição Federal em seu art. 5º, X e LVII, demonstra que não se admite prejuízo ao indivíduo por parte do Estado sem que haja o devido processo legal, acrescentando ainda, sem flexibilidade, a inviolabilidade da imagem e honra das pessoas. Além disso, repele qualquer violação ao princípio de presunção de inocência.⁴

A Constituição Federal, ainda, em seu artigo 1º, III dispõe:

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1988, s.p.).

Conforme os ensinamentos de Lopes Júnior (2011), a prisão preventiva a fim de garantir a ordem pública/econômica seria uma modalidade de pena antecipada de forma a violar a presunção de inocência e o devido processo legal. Acrescenta ainda que a tutela dessa ordem pública deve ser buscada por outros instrumentos que a administração pública disponha, pois consiste em uma medida de 'segurança pública'.

Lopes Júnior (2011, p. 217) sobre as medidas cautelares expõe:

As Medidas Cautelares Pessoais tem sido usadas para sedar a opinião pública (ou seria opinião publicada?), transformando-se em pena antecipada, com clara finalidade de exemplaridade e imediata prevenção geral e especial.

Sobre as funções gerais e especiais, o autor verifica que se faz necessário o trânsito em julgado da sentença condenatória advinda de um processo judicial válido, sendo que jamais essas funções possam ser buscadas por meio de via cautelar. (LOPES JÚNIOR, 2011).

O doutrinador finaliza dizendo que não se pode admitir violação do sistema constitucional de garantias. (LOPES JÚNIOR, 2011).

⁴ "Art. 5º. [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação [...] LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"

3.3.2. Aspectos do Inquérito Policial

A primeira coisa que se deve levar em conta é que ao iniciar um processo penal é necessário preparar, investigar e ter elementos suficientes para justificar o processo ou não-processo. Não se deve acusar para depois se investigar. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Segundo Lopes Júnior (2011, p. 211), ainda sobre a investigação preliminar, isto é, ao se iniciar o processo, deve-se observar que:

Atualmente existe um consenso: o inquérito policial está em crise. Os juízes apontam para a demora e a pouca confiabilidade do material produzido pela polícia, que não serve como elemento de prova na fase processual. Os promotores reclamam da falta de coordenação entre a investigação e as necessidades de que, em juízo, vai acusar. O inquérito demora excessivamente e, nos casos mais complexos, é incompleto, necessitando de novas diligências com evidente prejuízo à celeridade e à eficácia da persecução.

Ainda segundo Lopes Júnior(2011), essa investigação primeira tem como objetivo garantir eficácia à Justiça para seu funcionamento e a não a aplicação de pena ou a satisfação da pretensão punitiva.

Sobre o assunto, o doutrinador ainda afirma:

Se para a instauração da investigação preliminar basta existir a possibilidade, para a adoção de medidas cautelares e a admissão da ação penal é necessário um grau maior de segurança: é imprescindível um juízo de probabilidade da autoria e da materialidade. (LOPES JÚNIOR, 2011, p. 212).

Lopes Júnior (2011) define a natureza jurídica do inquérito como um procedimento administrativo pré-processual. Deste ensinamento temos que:

A atividade carece do mando de uma autoridade com potestade jurisdicional e por isso não pode ser considerada como atividade judicial e tão pouco processual, até porque não possui a dialética do processo. [...] só pode haver uma relação de índole administrativa entre a polícia, que é um órgão administrativo igual ao MP (quando vinculado ao Poder Executivo), e que aquele sobre que recaia a suspeita de haver cometido um delito. (LOPES, JUNIOR, 2011, p. 242)

O indiciamento é ato da polícia judiciária, o qual tem por base a convicção por ele formada a partir das informações levantadas no inquérito policial que apontem para o autor do crime que está sendo investigado. Contudo, o autor aponta que “depende da intervenção judicial para a adoção de medidas restritivas de direitos fundamentais”. (LOPES JÚNIOR, 2011, p. 243).

O investigado deve ser comunicado do indiciamento, salvo se injustificadamente verificar-se ausente, caso em que o indiciamento se fará de forma indireta. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Segundo a concepção majoritária da doutrina não há, no Inquérito Policial, contraditório e ampla defesa que é elemento necessário à imputação de autoria de acordo com o Processo Penal. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Em não havendo contraditório e ampla defesa, a defesa do investigado fica prejudicada, pois ele não sabe formalmente de antemão que pode ser indiciado, o que dificulta-lhe os meios de se defender ou refutar do Inquérito. (ARAS, s.a.).

Outro fato relevante a se destacar sobre a matéria é que o Ministério Público não está vinculado ao Inquérito Policial, por consequência ao indiciamento, podendo até mesmo, por exemplo, requerer o arquivamento do Inquérito, pedir mais provas, e ajuizar ação contra indivíduo diverso do investigado. Ressalve-se que o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público não é uma verdade incontestável. (ARAS, s.a.).

Ao inquérito não é atribuído valor probatório, serve para permitir a pré-admissibilidade da acusação, mas não vai além disto, pois as provas acusatórias que fundamentarão a sentença condenatória ou não serão formadas na fase processual, portanto, como já dito anteriormente o inquérito serve para o convencimento do juiz se seguirá com o processo ou não. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Lopes Júnior(2011) acrescenta ser errada a ideia de que o inquérito é válido até que se prove o contrário. Ao citar o papel do juiz em relação ao Inquérito, ele ensina que:

Inclusive, entendemos que qualquer juiz com um mínimo de bom senso desconsideraria totalmente a confissão realizada na polícia, principalmente quando o sujeito passivo estava submetido ao regime de prisão cautelar. (LOPES JÚNIOR, 2011, p. 283).

Cabe ressaltar que conceder ou negar a tutela de direitos fundamentais cabe ao judiciário, como principal responsável. E, portanto, o juiz deve agir de forma a garantir os direitos do acusado. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Nessa fase inicial a atuação do judiciário é bastante restrita, pois deve atuar em prol da Constituição de forma a garantir os direitos individuais e não como investigador do processo. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Ainda segundo o autor não é viável que as garantias e a estrutura do processo sejam transferidas ao inquérito policial e, desta forma, não seria aceitável ter

uma condenação sem essas formalidades e garantias. Assim, não se pode utilizar o inquérito como justificativa para uma condenação, pois são apenas atos de investigação. (LOPES JÚNIOR, 2011).

Nesse sentido, Bottini afirma que a novel legislação acabou por dar à investigação o poder de determinar uma medida cautelar penal de caráter pessoal e de natureza grave, de modo a colocar no cerne da investigação a pessoa indiciada. (*In* PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Conforme expõe o citado autor, o Supremo Tribunal Federal já decidiu, por diversas vezes, a proibição de se aplicar a medida cautelar dependendo da fase em que se encontra o processo. Além disso, nem mesmo uma sentença condenatória de primeiro grau tem capacidade de atrelar, de forma automática, uma medida cautelar. Desta forma, para Bottini, o novo artigo acaba por ser inconstitucional. (*In* PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Diante do exposto, o indiciamento, na fase do artigo 17-D não possui uma grande relevância jurídica a ponto de se permitir que o indiciado seja afastado de seu cargo apenas com base no Inquérito Policial. Conclui-se que a desproporcionalidade dessa medida viola o princípio do devido processo legal e a presunção de inocência. (ARAS, s.a.).

A solução legal para o problema do artigo 17-D seria uma decisão judicial cautelar, ou seja, ao receber a denúncia do Ministério Público contendo pedido expresso e demonstrando a necessidade de afastamento, o juiz deverá decidir se é caso ou não de afastamento cautelar do servidor público acusado de lavagem de dinheiro. Solução esta adotada pela Lei de Drogas (Lei nº11.343/2006) em seu §1º, artigo 56.

CONCLUSÃO

Após alguns esclarecimentos do crime de lavagem de dinheiro e, de forma a complementar o presente estudo, algumas conclusões obtidas sobre o tema serão apresentadas.

Como fora apresentado, os agentes que praticam o crime de lavagem de dinheiro vem se aperfeiçoando com o passar dos anos, de forma a buscar cada vez mais mecanismos diferentes de forma a dificultar a administração pública na persecução do crime. Ademais, os contornos transnacionais do delito estão extrapolando barreiras cada vez mais distantes, fazendo com que os organismos internacionais cooperem na busca do combate ao crime de lavagem.

No intuito de buscar uma maior eficiência no combate ao crime de lavagem de capitais, a Lei 12.683/12 alterou vários dispositivos da Lei 9.613/98.

Verifica-se, no entanto, que apesar das alterações terem sido boas no geral e, buscarem maior eficiência no combate ao delito em tela, alterações como a extinção do rol de crimes antecedentes precisa ser vista com extrema cautela, de modo a evitar a vulgarização do crime de lavagem de dinheiro, devendo ser adotadas medidas de modo a evitar que isto aconteça, pois desta forma, não prejudicaria a eficiência do combate, pelo contrário, daria mais efetividade no combate ao crime de lavagem de capitais.

Além da extinção de rol de crimes antecedentes, deve ser tomado o cuidado quanto à participação do advogado quando da defesa de seu cliente, pois não estará infringindo a lei, nem praticando crime de lavagem de capitais, mas apenas cumprindo o dever legal de sua profissão, exceto se utilizá-la como meio de introduzir o produto do crime na economia com aparência de licitude.

Outro ponto bastante relevante é a aplicação da teoria da cegueira deliberada no Brasil, discussão que ganhou destaque com a Ação Penal n. 470 (Mensalão), deve-se tomar cuidado ao transportar essa teoria para o Brasil, já que este instituto foi trazido pelo direito norte-americano, devendo atender a certos requisitos para evitar a vulgarização do tema.

Segundo André Luís Callegari, o primeiro limite seria “a suspeita justificada do sujeito sobre a concorrência de sua conduta à atividade” deixando de obter, de

forma voluntária, essa consciência. O segundo limite “refere-se à disponibilidade da informação que pudesse aclarar o conhecimento do agente” de forma a concluir por meio de provas que o crime seria de fácil descoberta. O terceiro requisito é “a manutenção do estado de ignorância para proteger-se de eventual descoberta do delito e futura condenação”.(CALLEGARI, WEBER, 2014, p. 95).

Ademais, nosso ordenamento possui instrumentos mais sofisticados e que, possivelmente, apenas a discussão de culpa consciente e dolo eventual poderiam resolver o problema.

Por último, um dos mais importantes cuidados a serem tomados é em relação ao afastamento do servidor público de seu cargo com o mero indiciamento ao crime de lavagem de capitais, podendo adentrar em consequências irreversíveis à pessoa indiciada, como a ofensa à honra que a prova posterior de inocência não resolve o dano já causado.

O paralelo feito, por estudiosos da matéria, entre o artigo 17-D da Lei nº 9.613/1998 e o art. 147 da Lei nº 8112/90 não é apropriado. Isso porque, diferentemente do que está previsto no citado art. 17-D, o afastamento do servidor público, disciplinado no art. 147 da Lei nº 8.112/90, não é automático, mas, antes, uma simples possibilidade, o que pode ser constatado pela simples leitura do texto do dispositivo, no qual foi utilizada a expressão “poderá determinar o afastamento”.

Ademais, o dispositivo determina que a decisão da autoridade instauradora do processo disciplinar seja fundamentada, pois o eventual afastamento do servidor só pode ocorrer em uma hipótese, qual seja, para prevenir a possibilidade de ele influir na apuração da irregularidade. Ademais, no art. 147 da lei do servidor público, o legislador fixou um prazo máximo de afastamento de 60 dias, prorrogável por igual período (SANTOS, 2012).

Assim, em que pesem os argumentos contrários, a vertente do presente estudo é no sentido de que o afastamento preventivo do servidor público indiciado, conforme previsto no dispositivo aqui comentado, é inconstitucional, porque afronta o princípio da presunção de inocência. Isso porque, por restringir direitos do servidor público indiciado, tal medida cautelar deve ser adotada por um Juiz de Direito, que tem poderes jurisdicionais (ao contrário do Delegado de Polícia), por meio de decisão motivada e fundamentada (PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO, 2014).

Portanto, conclui-se que a mudança na Lei de Lavagem com o objetivo de melhor eficiência no combate ao crime, não trouxe apenas vantagens, mas também desvantagens, que devem ser analisadas com todo o cuidado possível para não trazer muitos prejuízos desnecessários às pessoas envolvidas.

Referências bibliográficas

ARAS, Vladimir. **O art. 17-D da Lei de Lavagem de Dinheiro**. Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal (IBADPP). s.a., Disponível em: <http://www.ibadpp.com.br/804/o-art-17-d-da-lei-de-lavagem-de-dinheiro>. Acesso em 11 set. 2013.

_____. A investigação criminal na nova lei de lavagem de dinheiro. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). **Boletim - 237** - Agosto /2012. Disponível em http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4671-A-investiga%C3%A7%C3%A3o-criminal-na-nova-lei-de-lavagem-de-dinheiro. Acesso em 19 ago. 2014.

BALTAZAR JR., José Paulo. **Crimes Federais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Advocacia e lavagem de dinheiro. Publicações**. 26 de fevereiro de 2014.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; BADARÓ, Gustavo Henrique. Lavagem de dinheiro. Aspectos penais e processuais penais. Comentários à Lei 9.613/1998, com alterações da Lei 12.683/2012. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2012.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.683**, de 9 de julho de 2012. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm. Acesso em 28 set. 2014, às 00h22.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em http://www.dji.com.br/codigos/1941_dl_003689_cpp/cpp282a300.htm Acesso em 6 mai 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 set. 2013.

_____. **Lei Federal nº 12. 850**, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei Nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm. Acesso em 19 ago. 2014.

_____. **Lei Federal nº 9.613**, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9613.htm Acesso em 30 abr. 2014.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de Dinheiro**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. Coimbra: Almedina, 1986.

CARLI, Carla Veríssimo de. **Lavagem de Dinheiro, Prevenção e Controle Penal**. Ed. Verbo Jurídico, 2010.

CERVINI, Raúl; OLIVEIRA, William Terra de; GOMES, Luiz Flávio. Lei de Lavagem de Capitais. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1998. p. 35.

COAF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Cartilha**. Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). s.a., 20 p. Disponível em: <http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/cartilha.pdf>. Acesso em 25 de fev. 2014, às 19h.

_____. **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**. Disponível em <http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/fases-da-lavagem-de-dinheiro>. 2014. Acesso em 16 abr. 2014.

CONSERINO, Cassio Roberto. **Lavagem de Dinheiro**. São Paulo: ed. Atlas, 2011.

FATF, Financial Action Task Force. **Who we are**. Financial Action Task Force. Disponível em: <<http://www.fatf-gafi.org/pages/aboutus/>>. ATF Plenary in session, February 2012. Acesso em 16 abr. 2014.

FEBRABAN, Federação Brasileira de Bancos. **3º Congresso de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo**. Disponível em <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7l0aSDf9jyV/sitefebraban/A%20Juris-prud%Eancia%20do%20STJ%20diante%20dos%20Crimes%20de%20Lavagem%20de%20Dinheiro%20-%20Pierpaolo%20Cruz%20Bottini.pdf>. Acesso em 30 abr. 2014.

GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes. **Do crime de branqueamento de capitais**. Introdução e tipicidade. Coimbra: Almedina. 2001.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2011. v I.

MAIA, Rodolfo Tigre. **Lavagem de dinheiro**. Lavagem de ativos provenientes de crime. Anotações às disposições criminais da Lei n. 9.613/98. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1999.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. São Paulo: ed. Atlas S.A, 2006.

MJ, Ministério da Justiça. **Lavagem de Dinheiro**. Mecanismos de atuação. 27 set., 2014. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7A4BFC59ITEMID401B422470464DA481D21D6F2BBD1217PTBRNN.htm>. Acesso em 09 set. 2013

MORO, Sergio Fernando. **Crime de lavagem de dinheiro**. São Paulo: ed. Saraiva, 2010.

OAB. Ordem dos Advogados do Brasil. **Advocacia e Lavagem de Dinheiro**. Disponível em <<http://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/48>> Acesso em 19 ago. 2014.

OAB-RJ. Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro. Entrevista do jurista alemão Claus Roxin sobre a teoria do domínio do fato. **OAB-RJ Digital**, 12 nov. 2012. Disponível em <http://www.oabRJ.org.br/detalheConteudo/499/Entrevista-do-jurista-alemao-Claus-Roxin-sobre-teoria-do-dominio-do-fato.html>. Acesso em 20 ago. 2014.

PORTAL ATUALIDADES DO DIREITO. **Temas controvertidos sobre a nova Lei de Lavagem de Capitais**. Debate com BADARÓ, Gustavo Henrique Righilvahy, BOTTINI, Pierpaolo Cruz, LIMA, Renato Brasileiro de. Mediação GOMES, Flávio Gomes. Disponível em <http://atualidadesdodireito.com.br/lavagem-de-dinheiro/>. Acesso em 17 ago. 2014.

ROMANO, Rogério Tadeu. **Apontamentos sobre a nova Lei de Lavagem de Dinheiro**. s.a. Disponível em <<http://www.jfrn.gov.br/institucional/biblioteca/doutrina/Doutrina268-alguns-apontamentos-nova-lei-lavagem-dinheiro.pdf>> Acesso em 04 mai 2014.

SANCTIS, Fausto Martin de. **Combate à Lavagem de Dinheiro**. Campinas, ed. Millenium, 2008.

SANTOS, Akhenaton Augusto Nobre dos. **Comentários sobre a Lei 12.683**, de 09 de julho de 2012. Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (ADEPOL). Disponível em: <http://www.adepolalagoas.com.br/artigo/comentarios-sobre-lei-12683-de-09-de-julho-de-2012.html> Acesso em 08 set. 2013.

SOUZA NETTO, José Laurindo de. **Lavagem de Dinheiro**. Comentários à Lei 9.613/98. Curitiba: ed. Juruá, 2003.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Informativo STF nº 675**. Brasília, 13 a 17 de agosto, 2012a. Disponível em <http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo675.htm>. Acesso em 29 ago. 2013.

_____. **Informativo STF nº 676**. Brasília, 20 a 24 de agosto, 2012b. Disponível em <http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo676.htm>. Acesso em 27 ago. 2013.

_____. **Informativo STF nº 677**. Brasília, 27 a 31 de agosto, 2012c. Disponível em <http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo677.htm>. Acesso em 28 ago. 2013.

_____. **Informativo STF nº 680**. Brasília, 17 a 21 de setembro, 2012d. Disponível em <http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo680.htm>. Acesso em 29 ago. 2013.

_____. **Relator inicia voto sobre o item VII na Ação Penal 470**. 10 out., 2012e. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=220755>. Acesso em 30 abr. 2014.

_____. **Ministro Celso de Mello acompanha voto do relator no item VII da AP 470, sobre lavagem de dinheiro**. 10 out. de 2012f. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=221405>. Acesso em 30 abr. 2014.

_____. **HABEAS CORPUS Nº 131.836 - RJ** (2009/0052108-4). Impetrante : Carlos Eduardo Machado e Outros, Impetrado : Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro , Paciente : Mauro Beznos. Disponível em <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/INF159InterceptacaoTelefonicaInteiroTeor.pdf>> Acesso em 09 set 2013.

_____. **Associação alega inconstitucionalidade de dispositivo da nova Lei de Lavagem de Dinheiro**. Quarta-feira, 06 de fevereiro de 2013. Disponível em

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=230124>. Acesso em 3 mai. 2014.

TRÊS, Celso Antônio. **Teoria Geral do Delito Pelo Colarinho Branco**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2006.